UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Economia Regional e Urbana

Tema: Cidades Digitais – Programa Brasil Digital

Equipe: José Edson Vieira Iziderio

Denilson Pereira Soares

Janeilson Alves Dos Santos

José Denilson Soares Dos Santos

José Ercules Da Silva

Cidade digital:

Você já pensou em oferecer para os cidadãos de sua cidade internet gratuita em praças públicas ou instalar câmeras inteligentes, que além de melhorar a gestão de problemas urbanos, como áreas de alagamento e congestionamento, também podem enviar alertas para policiais em tempo real? Alguns municípios brasileiros já contam com essas tecnologias e entram no mundo da Cidade Digital, como é o caso de Laguna, em Santa Catarina, que dispõe de uma rede de fibra ótica com 25,5 km e um circuito de videomonitoramento com 32 câmeras instaladas, e que, com isso, entrou no mundo das Cidades Digitais.

O que é uma cidade digital?

O guia das cidades digitais explica o conceito por meio de quatro tipos de experiência dos municípios com as novas tecnologias. O primeiro relaciona o termo Cidade Digital com projetos do governo ou da sociedade civil, que tem como objetivo criar uma identidade web, como portais de informações e comunidades de representação política. A segunda experiência é a criação de infraestrutura, serviços e acesso gratuito de novas tecnologias em áreas urbanas, como o wi-fi gratuito que falamos no início do texto, por exemplo. Já o terceiro tipo de experiência está ligado às modelagens de Sistemas de Informação Espacial, que simulam ambientes urbanos e ajudam no planejamento das cidades. Por fim, o quarto tipo, diz respeito a projetos que não representam um local real e sim comunidades virtuais, como fóruns e chats, que visam a organização do acesso e disseminação de informações.

O Brasil tem acompanhado a tendência mundial de investimento em projetos de criação e manutenção das cidades digitais. A prova disso é que o mapa desses programas em Santa Catarina triplicou nos últimos 2 anos.

Como funciona uma cidade digital?

Uma cidade digital necessita de três premissas básicas para funcionar: a infraestrutura, a comunicação e um conceito dinâmico. A primeira é essencial para que o fluxo de dados seja corretamente dimensionado e também deve prever o aumento desse fluxo. O modelo de cidade digital orientada pela Telebrás e pelo

Ministério das Comunicações (MC) deve ter uma infraestrutura que permita o acesso de conteúdo fácil e amigável, além de criar condições para produção e atualização de conteúdos digitais e inclusão de novos serviços.

Já a comunicação entre o governo, as instituições e a sociedade devem ser mantidas durante toda a vida útil do projeto. Não basta apenas criar infraestrutura para democratizar o acesso à comunicação por meio das novas tecnologias. É necessário também dialogar com a sociedade para que a gestão entenda suas reais necessidades, atue com o foco do cliente e crise formas de inclusão social efetivas.

Além disso, cada município tem suas particularidades e, portanto, não há como criar uma fórmula que funcione para todas as cidades digitais. O conceito precisa ser dinâmico e cada cidade digital deve utilizar a Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para melhorar a gestão dos serviços públicos e simplificar a vida dos cidadãos.

O portal e-Gestão Pública abordará alguns temas que serão discutidos no 1º Congresso Catarinense de Cidades Digitais. Se você quiser saber um pouco mais sobre as especificidades de uma cidade digital, acompanhe nossas redes sociais.

Programa Brasil Digital

O Programa Brasil Digital tem a missão de construir as bases para a digitalização da economia no país. As tecnologias digitais estão alterando radicalmente a forma como empresas, instituições e governos atuam. Por outro lado, os cidadãos estão cada vez mais exigentes e solicitam a oferta de serviços digitalizados que proporcionem maior eficiência ao Estado.

Rede Cidade Digital

A Rede Cidade Digital (RCD) é uma iniciativa de estímulo ao surgimento de localidades conectadas e eficientes. Realiza em parceria com Prefeituras e Associações de Municípios, eventos gratuitos para prefeitos, gestores e vereadores pelo país, como forma de levar conhecimento sobre como utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação no aprimoramento dos serviços públicos nos pequenos e médios municípios.

O Portal RCD é a maior mídia especializada direcionada para tratar de inovações nas Prefeituras, dirigida especialmente a gestores públicos, pesquisadores, empreendedores e cidadãos ligados aos temas de inclusão digital, governo eletrônico, soluções tecnológicas para municípios, smart cities, eventos e inovações que representem o desenvolvimento das localidades e das pessoas.

Este portal tem o propósito de atuar como mediador na comunicação entre as municipalidades e a sociedade, para que busquem a integração virtual de suas localidades por meio do sistema Cidade Digital.

Para tanto, a Rede Cidade Digital atua para informar, através da produção de conteúdo próprio e da disseminação de conteúdos relevantes, e para promover espaços para compartilhamento de experiências e conhecimentos. Este princípio de compartilhamento é a base do conceito de “rede” e é fomentado pela Rede Cidade Digital de modo virtual e físico.

http://redecidadedigital.com.br/

Sobre os Fóruns De Cidades digitais

Os eventos promovidos pela Rede Cidade Digital, em conjunto com Prefeituras, Associações de Municípios e Governos Estaduais, têm o objetivo de reunir prefeitos, gestores públicos de diversas áreas, vereadores, empresários, academia, entidades e todas as pessoas interessadas em conhecer e dialogar sobre inovações que podem transformar as cidades, tornando o serviço público mais eficiente e melhorando a vida das pessoas. A programação será elaborada respeitando a demanda regional, contendo casos de sucesso, especialistas, soluções e inovações do mercado, políticas públicas estadual e federal.

MBC- Movimento Brasil Conectado

O MBC e seus parceiros acreditam que o Brasil pode desempenhar um papel de maior protagonismo nesta nova realidade econômica. Através da união de esforços entre o Governo e a Sociedade, é possível coordenar ações com o objetivo de acelerar a evolução digital no país com impacto para a economia e benefícios tangíveis para a sociedade como um todo.

Nosso Propósito - Criar um Brasil onde todos tenham ao alcance o poder da transformação digital alavancando o desenvolvimento público e privado

1. Digitalização no Setor Público

Nossa aspiração é que o Governo Digital seja uma Política de Estado e não de Governo. O objetivo final é criar uma administração pública mais eficiente através de um Estado com menor peso e mais centrado nas necessidades do Cidadão e das Empresas, provendo serviços de melhor qualidade.

- **Criação de Mecanismos de Governança Central -** implantar mecanismos institucionais de governança central para conduzir as discussões e iniciativas de Digitalização do Setor Público através da coordenação e alinhamento de esforços entre os distintos Ministérios e demais órgãos públicos participantes ou impactados
- **Capacitação e Liderança Transversal em Governo Digital -** criar uma rede de líderes e especialistas nos temas de digitalização do governo com autonomia e capacidades técnicas para responder ás crescentes necessidades de adaptação das iniciativas de governo digital.
- **Melhoria na Qualidade do Serviço Público ao Cidadão -** implementar o RIC – Registro de Identificação Civil, unificando o Cidadão sob a ótica de Saúde, Educação, Segurança Pública e Cidadania (Eleitoral). Elaborar um Plano de Fomento à colaboração e cooperação entre Governo e Sociedade (Ex.: Dados Abertos).
- **Melhoria na Eficiência da Máquina Pública -** desenvolver um Programa de Transformação Digital dos Serviços Públicos, incluindo a criação de um Centro de Serviços Compartilhados para toda a Administração Pública Federal.

Criação de um Portal Único do Governo Federal (Plataforma de Cidadania Digital), centrado na interoperabilidade dos serviços públicos.

2. Digitalização no Setor Privado.

O Brasil Digital deverá priorizar a digitalização de setores estratégicos que tenham um maior potencial de revolucionar e fomentar o crescimento da economia Brasileira. Uma referência externa relevante vem da Alemanha, que lançou o programa Industrie 4.0[2] com o objetivo de posicionar o país na liderança de soluções avançadas de manufatura. Numa análise inicial, identificamos os setores de Agronegócio, Saúde, Logística e Mobilidade urbana e Educação como potenciais candidatos para um foco inicial.

- **Promoção da Transformação Digital -** fomentar o desenvolvimento de modelos de negócio inovadores que alavanquem tecnologias digitais (ex.: big data e cloud) assegurando princípios básicos de segurança e privacidade para fomentar o investimento privado

- **Desenvolvimento de Centros de Excelência -** gerar e divulgar informações e melhores práticas relacionadas a digitalização dos setores prioritários / estratégicos para disseminar o conhecimento.

- **Reforma Tributária para o Setor Digital -** simplificar a coleta de impostos a nível estadual, municipal e federal nesse novo mercado (mantendo a carga tributária total atual). Dada a migração natural dos negócios atuais do mundo “físico” para o “digital”, cria-se uma reforma tributária gradual no Brasil, promovendo as empresas, gerando mais empregos e reduzindo a burocracia

- **Desburocratização para Agilizar o Digital -** adotar medidas para facilitar a implantação e checagem de identidade, reduzindo a burocracia no Brasil (cartórios, despachantes, entre outros). Segurança jurídica tributária e simplificação dos processos de abertura, manutenção, fiscalização e arrecadação de tributos das empresas digitais

- **Promoção de Normas e Padrões -** garantir a perfeita integração da indústria tradicional com o mundo digital. O incentivo por parte do governo para a digitalização da economia Brasileira deve se dar através de uma abordagem colaborativa com o setor privado na busca do aumento da produtividade e eficiência através da inovação.

3. Ambiente Regulatório e Normatizações.

Acreditamos em um Estado cada vez menos interventor e mais assertivo nas suas intervenções com o propósito de fomentar o desenvolvimento natural da transformação digital. Exemplos de sucesso implementados em outros países como o Plan Argentina Empreende[3], o e-Estonia4 e o Digital India5 trazem aprendizados importantes sobre como a desburocratização dos processos e o incentivo ao empreendedorismo podem trazer impactos relevantes para a economia e a sociedade. Considerando os requerimentos básicos da economia digital que demanda maior acesso a fontes de informação, maior liberdade para o desenvolvimento de novas ideias e maior agilidade para implementação das mesmas, acreditamos na necessidade de atuação em 4 pilares principais:

- **Segurança dos dados -** estabelecer Segurança e Defesa Cibernética como pilares essenciais para o Brasil Digital, estimulando a pesquisa, a cooperação e a implantação de boas práticas de gestão e de segurança da informação pela administração pública, pelo setor privado e organizações não governamentais.
- **Proteção de Dados Pessoais -** estabelecer uma Lei de Proteção de Dados Pessoais madura e equilibrada e uma Autoridade de Garantia com independência política, administrativa e financeira de modo a garantir a proteção à privacidade sem, contudo, inviabilizar os benefícios de uma sociedade movida a dados (modelos de negócios, modelos de serviços públicos digitais, cidades inteligentes).
- **Fomento a Demanda e Oferta -** acelerar o processo de abertura de dados pela Administração Pública Federal e Modernizar o atual regime geral de contratação pública de modo a facilitar o acesso pelo poder público às novas tecnologias e serviços tecnológicos (reforma da lei 8.666). Rever mecanismos legais e infralegais que limitam a contratação de tecnologia e serviços

tecnológicos pelo poder público (Decreto 8.135/2013, Manual de Boas Práticas de Serviços de Computação/STI/MPOG, Portaria da STI n 46/2016).

- **Digitalização das Relações -** modernizar o ambiente regulatório para que o Estado e a sociedade possam seguir se beneficiando e avançando na digitalização das relações. Nesse rol se inscrevem a modernização da legislação trabalhista (terceirização, trabalho remoto), da legislação da validação e certificação de documentos (serviços notariais) e das relações comerciais (Código de Defesa do Consumidor).

4. Força de Trabalho Digital.

O desenvolvimento de uma força de trabalho apta a trabalhar numa economia cada vez mais digital é condição fundamental para que o país possa aproveitar as oportunidades que serão geradas pela transformação digital. O objetivo final é ter o cidadão brasileiro inserido no conhecimento digital e adaptado para atuar nas novas oportunidades de trabalho. O objetivo final é ter o cidadão brasileiro inserido no conhecimento digital e adaptado para atuar nas novas oportunidades de trabalho. Os pilares prioritários de atuação incluem:

- **Capacitação da Força de Trabalho Atual -** fomentar a aplicação de treinamentos e práticas de desenvolvimento tanto no setor público como no privado, com incentivos claros por parte do Estado para aumento da adesão de empresas e instituições públicas
- **Formação dos Novos Talentos em Digital -** incluir Disciplinas e Laboratórios de Conhecimento Digital na atual revisão curricular no plano nacional de educação, criando competências em aplicações de tecnologia digital nos jovens. Fomentar uma maior participação da mulher no segmento digital, pois representam 16% no Ensino Superior, e cerca de 20% (PNAD-IBGE) na área de TI.
- **Parcerias entre Instituições de Ensino e Empresas** - criar parcerias das instituições de ensino público e privado com empresas e entidades empresariais do setor digital para acelerar a formação prática dos novos talentos. Como parte deste programa colaborativo, os alunos podem ter a experiência de vivenciar a teoria aplicada em soluções reais e práticas. O EAD é uma modalidade de ensino online que tem a tecnologia como grande aliada

e pré-requisito para que a mesma aconteça de maneira eficiente. Em um EAD, alunos e professores, interagem entre si através de um ambiente virtual de aprendizagem, onde estes permanecem separados espacial e/ou temporalmente, não sendo demandado um ambiente físico para ocorrer o processo de aprendizagem.

5. Inovação e Empreendedorismo Digital

Criação de um ambiente de negócios onde as empresas brasileiras e empreendedores possam desenvolver as competências necessárias para serem bem-sucedidos quando implementando iniciativas de inovação, aproveitando as oportunidades para maximizar o seu desempenho e potencializando as suas competências para colaborar entre si (Parcerias Estratégicas e Joint-Ventures).

Em linha com o exposto no eixo “Ambiente Regulatório e Normatizações”, propomos um Estado menos intervencionista e mais fomentador, com áreas de governo organizadas entre si e integradas com a sociedade e efetivamente orientadas a reduzir os obstáculos para que as empresas de desenvolvam, fomentando a colaboração e minimizando a burocracia e a ineficiência dos controles. Entre os pilares de atuação, destacam-se:

- **Fomento ao Investimento em Inovação -** desenvolver mecanismos de fomento à Inovação e Empreendedorismo Digital, com a criação de personalidade jurídica específica e plataforma de incentivos fiscais voltados às startups, empresas tradicionais ao desenvolverem iniciativas de inovação (ex.: investimentos em P&D) e investidores
- **Formação e Assistência ao Empreendedor -** incluir a disciplina FORMAÇÃO TECNOLÓGICA e INOVAÇÃO no curriculum do Ensino Médio e Escolas Técnicas e aprimorar programas atuais de incentivo e assistência ao empreendedor.
- **Revisão do Marco Regulatório** - estabelecer um ambiente regulatório aderente à realidade digital através da revisão da Lei das SA´s, regulação do Investimento Anjo, limitação de responsabilidade do investidor em startups, entre outras. Também se faz necessário o aprimoramento do Sistema de Registro de Patentes e dos mecanismos de proteção à Propriedade Intelectual.

- **Geração de Demanda por Inovação -** orientar das ações governamentais para incentivar as compras públicas voltadas à Inovação Tecnológica e ao fomento do Empreendedorismo local.

6. Infraestrutura Digital

Modernização da infraestrutura digital no país através de iniciativas conjuntas entre o setor público e o privado, criando as condições necessárias para o desenvolvimento de novas soluções (ex.: aplicações digitais na Agricultura) e assegurando a inclusão digital da maior parcela possível da população. Entre os pilares priorizados encontram-se:

- **Modernização da rede de comunicações -** acelerar a implantação de redes 4G LTE através da antecipação do desligamento da TV analógica, identificando cidades onde a antecipação possa ocorrer sem o risco de interferência. Aprovar marco legal para criação do SISNACC – Sistema Nacional de Comunicações Críticas, que será a rede 4G LTE para órgãos de defesa, segurança pública e infraestrutura crítica. Suportar e acelerar as designações da ANATEL para o compartilhamento da infraestrutura física de telecomunicações (RAN Sharing)
- **Melhoria na Infraestrutura de Serviços ao Cidadão -** Adaptar o PNBL (Programa Nacional de Banda Larga) para Plano Nacional de Cidades Inteligentes com foco na infraestrutura de comunicações e entrega de serviços públicos.
- **Desenvolvimento do Setor de Infraestrutura Digital -** Criar política pública para promover o desenvolvimento do mercado de Cloud Computing, revisando o arcabouço legal para compras públicas. Desenvolver política de atração de Datacenters para o Brasil, estimulando áreas básicas para a sustentação da operação (ex.: energia, força de trabalho, tributária, política de privacidade de dados) em linha com as políticas competitivas dos países líderes,

7. Governança do Programa

O êxito do desenvolvimento de uma agenda digital para o Brasil depende fortemente de um modelo de governança eficiente e harmônico. Em vez de recomendarmos um

modelo pronto, defendemos uma abordagem colaborativa para promover um ambiente em que a inovação seja encorajada.

A transformação digital tem se tornado um desafio central para a indústria, a ciência, a sociedade e os decisores políticos. Todas as partes envolvidas devem compartilhar o objetivo mútuo de assegurar que o Brasil mantenha e continue a expandir sua autonomia e capacidade de ação na área da tecnologia da informação e telecomunicações.

- **Fórum Central -** Brasil Digital O diálogo entre o Governo Federal e todos os grupos relevantes devem ocorrer sob um único guarda-chuva para otimizar o intenso intercâmbio de informações sobre os principais desafios colocados pela transformação digital. Criar um fórum nacional que funcionará como uma plataforma para a colaboração entre os responsáveis políticos, a indústria, a academia e a sociedade civil a fim de facilitar um amplo processo de diálogo social e econômico. É importante ainda assegurar que o Fórum Central cubra os principais pilares do Brasil Digital.
- **Conselho Federal -** Brasil Digital Nossa proposta é que o Governo Federal deverá criar um conselho diretivo dedicado ao direcionamento, monitoramento e avaliação da agenda digital do Brasil, composto pelos ministros de pastas envolvidas nesta temática. O conselho será responsável por envolver os outros órgãos federais para implementação e desenvolvimento do Brasil Digital.
- **Estrutura de Apoio -** Além das esferas decisórias, é necessário criar uma estrutura formal, como uma secretaria executiva, que será responsável por coordenar a implementação, articular com os demais atores, além de monitorar os projetos, ações e resultados decorrentes da iniciativa.

Modelo de Governança MBC

Cidade Mais conectada do país

Campinas ficou em 1º lugar no ranking de cidades mais conectadas, um ranking divulgado no dia 17/09 colocou Campinas (SP) no topo das cidades mais conectadas do país. A 5ª edição do Connected Smart Cities, ranking elaborado pela Urban Systems e pela Sator, mapeou todas as cidades com mais de 50 mil habitantes (666 municípios).

Campinas recebeu nota 38,877 e ficou à frente da capital (38,505) e de Curitiba (38,016), no Paraná. As outras cidades do top 5 do ranking são Brasília (DF) e São Caetano (SP). Esta é a primeira vez que uma cidade não capital é eleita como referência em desenvolvimento. Campinas subiu de 21º lugar na primeira edição, em 2015, para o topo em 2019.

Para compor a nota, foram usados 11 indicadores dos principais setores: mobilidade, urbanismo, meio ambiente, tecnologia e inovação, economia, educação, saúde, segurança, empreendedorismo, governança e energia.

Campinas se destacou no ranking em parte por ter cinco parques tecnológicos e cinco incubadoras, além de ter a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), que também desenvolve talentos nas áreas de tecnologia e exatas.

Além disso, o estudo mostra que a cidade sai na frente em relação à internet e bolsas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). A cidade ainda com 45,7% das conexões de banda larga com velocidade superior a 34mb. Isso significa 30 pontos de acesso a internet por 100 habitantes.

Outro ponto é que Campinas recebeu, em 2018, em bolsa do CNPq o equivalente a R$ 48.646 por 100 mil habitantes. Por esse contexto e por ter um dos PIBs maiores do país (com crescimento per capta de 1,6%, no último período analisado), a cidade se destacou no Ranking Connected Smart Cities nas categorias: Economia e Tecnologia e Inovação (1º lugar); Empreendedorismo (2º); Governança (3º); e Mobilidade (4º).

MAIS NÚMEROS ANALISADOS

O levantamento também mostrou que ao menos 25% dos empregos formais da cidade são ocupados por profissionais com ensino superior. Desses empregos formais, 5,2% estão em ocupações no setor de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e 94,5% dos empregos na cidade estão no setor privado.

Além disso, 9,4% da força de trabalho está tomada em ocupações nos setores de educação e pesquisa e desenvolvimento e 59% da receita municipal não é oriunda de repasses.

Outro ponto é o crescimento positivo de 4,9% das empresas de Tecnologia - ao contrário de muitos municípios no período, aponta o estudo.

Além de ser a mais conectada, Campinas conquistou, ainda, o 1º lugar no Ranking por Faixa Populacional mais de 500 mil habitantes; Ranking Região Sudeste; e nas Categorias Economia e Tecnologia e Inovação.

SERVIÇOS

Segundo a Prefeitura, entre os serviços que destacam Campinas no prêmio está o Plano Estratégico de Cidade Inteligente Campinas (Pecci), que foi finalizado este ano pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Campinas. As diretrizes do plano estão sendo adotadas para nortear a transformação digital de Campinas em uma cidade inteligente, humana e sustentável para os próximos dez anos.

A cidade também possui a rede Campinas Digital, rede de internet grátis via wi-fi da Prefeitura. Atualmente são 40 pontos de acesso de wi-fi livre espalhados pela cidade, com dois milhões de acessos por ano.

A cidade também tem a Rede Metro Óptica de Campinas (RMOC), que atende os prédios públicos, como centros de saúde, Paço Municipal e equipamentos de

segurança, além das escolas municipais. Atualmente são 200 km de rede de fibra ótica somente para a educação. A previsão é atingir 450 km até o final de 2020.

A Administração adotou o Colab, serviço on-line voltado ao atendimento da população como o 156, porém digital. São cerca de 10 mil usuários e o índice de resolutividade é de 75%.

A ARI (Aprovação Responsável Imediata), sistema de aprovação rápida de projetos de construção de pequeno porte, facilitou muito a emissão de alvarás. É para residências de até 500 metros quadrados, comércio de até 500 metros quadrados e prédios institucionais (igrejas, clubes, escolas) de pequeno porte. Pela ARI, o proprietário e os responsáveis pelo projeto assumem o compromisso de elaborar e executar a obra conforme leis municipais. Desde a criação, em julho de 2015, até agosto de 2019, foram expedidos 633 alvarás de execução pela ARI, por meios físico e online.

Em janeiro de 2015, a Prefeitura implantou o Via Rápida Empresa, programa do governo do Estado de São Paulo que facilita empresas de baixo risco obter a licença/alvará e emissão de licenças estaduais totalmente on-line e de forma integrada. Com ele, o tempo de abertura de empresas consideradas de baixo risco caiu de 180 dias em média para cinco dias úteis.

Mais de 77 mil usuários estão cadastrados no Portal Cidadão. Trata-se de uma plataforma na internet que agiliza o atendimento das solicitações de serviços à Prefeitura. Começou a funcionar em meados de 2015 e reúne, em um único lugar, o acesso a mais de 40 serviços oferecidos digitalmente pelo poder público.

Na área de transportes, Campinas tem o aplicativo Busão na Hora, o Cittamobi, que possibilita aos usuários do sistemas de transporte público monitorarem percursos de ônibus pelo aplicativo em tempo real contando também com divulgação de informações que orientem estes usuários com relação a atrasos das linhas e o tempo estimado de chegada dos ônibus nos pontos de parada. Existe, também, a versão acessível para pessoas com deficiência visual. A média de acesso, este ano, é 530 mil usuários por mês.

Em 2020, Campinas ganhará o BRT, a maior obra de mobilidade urbana em execução no país. Estão sendo investidos R$ 451 milhões e gerados dois mil empregos diretos. Estão sendo construídos 36 quilômetros de corredores ligando a região central aos distritos do Ouro Verde e do Campo Grande. A obra irá beneficiar cerca de 450 mil pessoas. Até agora, um terço foi entregue.

Também contribuiu para a cidade ganhar o título, a implantação do sistema de coleta mecanizada, que teve início em 2014, seguindo uma tendência mundial no que diz respeito à coleta de resíduos, e hoje conta com cerca de 5 mil unidades em vários bairros.

Ranking Connected Smart Cities

1º	Campinas - SP	38,977
2º	São Paulo - SP	38,505
3º	Curitiba - PR	38,016
4º	Brasília - DF	37,979
5º	São Caetano do Sul - SP	37,816
6º	Santos - SP	37,458
7º	Florianópolis - SC	37,258
8º	Vitória - ES	36,814
9º	Blumenau - SC	35,731
10º	Jundiaí - SP	35,417

O ranking Connected Smart Cities foi criado com o objetivo de mapear as cidades com maior potencial de desenvolvimento no Brasil, por meio de indicadores que retratam inteligência, conexão e sustentabilidade. São mais de 500 cidades analisadas e mapeadas em mais de 700 projetos realizados em diferentes segmentos do mercado. O ranking é publicado pela revista Exame e pelo jornal Valor Econômico.

7 cidades mais tecnológicas do mundo.

1.Londres

Excelentes universidades e a proximidade do aeroporto mais movimentado da Europa consolidam a posição de Londres como o terceiro lugar no *ranking* de Cidade Tecnológica. O que mais impressiona na cidade é a mobilidade, oferecendo uma rede de ciclovia que cruza todos os pontos da cidade e também uma extensa oferta de transporte público, inclusive com opções de bilheteira inteligente.

Como uma potência global de serviços financeiros, não é surpresa que Londres também seja uma das capitais mundiais de tecnologia financeira. Empresas disruptivas como a *fintech* Transfer Wise e o Funding Circle começaram suas jornadas nesta capital.

2. Nova York

3. Amsterdã

4.Paris

5. Reykjavik (Islândia)

6. Tóquio (Japão)

7. Singapura

8. Copenhague (Dinamarca)

9. Berlim

10. Vieina